



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO



DGS desde
1899
Direção-Geral da Saúde

Agrupamento
de Escolas
de Odemira



PLANO DE CONTINGÊNCIA

Março 2020

1. Enquadramento

O presente Plano de Contingência descreve os principais procedimentos a estabelecer no âmbito da infeção pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2, agente causal da COVID-19, assim como os procedimentos a adotar perante um Trabalhador/Aluno com sintomas desta infeção. Este Plano pode ser atualizado a qualquer momento, tendo em conta a evolução do quadro epidemiológico da COVID-19 e as orientações da Direção Geral de Saúde.

1.1. Explicação do que é o Corona Vírus – Covid-19

Os coronavírus são um grupo de vírus que podem causar infeções, do qual faz parte o COVID-19. Normalmente, estas infeções estão associadas ao sistema respiratório, podendo ser semelhantes a uma gripe comum ou evoluir para uma doença mais grave, como pneumonia. O Corona Vírus – Covid-19 é uma infeção respiratória aguda (febre ou tosse ou dificuldade respiratória) requerendo ou não hospitalização.

Critérios epidemiológicos

História de viagem para áreas com transmissão comunitária ativa nos 14 dias antes do início de sintomas

OU

Contacto com caso confirmado ou provável de infeção por SARS-CoV-2/COVID-19, nos 14 dias antes do início dos sintomas

OU

Profissional de saúde ou pessoa que tenha estado numa instituição de saúde onde são tratados doentes com COVID-19

Obs.: Informação disponível, à data, no Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doença Transmissíveis (ECDC), e deve ser adotada pelas estabelecimento de ensinos.

1.2. Principais sintomas

Os sintomas são semelhantes a uma gripe, como por exemplo:

- febre
- tosse
- falta de ar (dificuldade respiratória)
- cansaço

1.3. Tempo de incubação e formas de manifestação

O período de incubação (até ao aparecimento de sintomas) situa-se entre 2 a 12 dias, segundo as últimas informações publicadas pelas Autoridades de Saúde. Como medida de precaução, a vigilância ativa dos contactos próximos decorre durante 14 dias desde a data da última exposição a caso confirmado.

As medidas preventivas no âmbito do COVID-19 têm em conta as vias de transmissão direta (via aérea e por contacto) e as vias de transmissão indireta (superfícies/objetos contaminados).

2. Plano de Contingência

2.1. Identificação dos efeitos que a infeção de Trabalhador(es)/Alunos(s) pode causar no serviço ou entidade

2.1.1 Quais os efeitos que a infeção de alunos, docentes, trabalhadores não docentes e visitantes pode causar na escola?

Encerramento dos estabelecimentos escolares.

2.2.2 O que se deve preparar para fazer face a um possível caso de infeção?

- Equipar uma sala de isolamento ventilada, com máscara(s) cirúrgica(s), luvas descartáveis, telefone, álcool etílico, cadeiras, Kit com água e alguns alimentos não perecíveis, contentor de resíduos (com abertura não manual e saco de plástico); solução antisséptica de base alcoólica - SABA (disponível no interior e à entrada desta área); toalhetes de papel e termómetro.

Existência de uma instalação sanitária devidamente equipada, nomeadamente com doseador de sabão e toalhetes de papel, para a utilização exclusiva do Trabalhador/Aluno/Visitante com Sintomas/Caso Suspeito.

- Destacar um responsável para acompanhar o elemento suspeito de infeção.

2.1.3 O que fazer numa situação em que existe um aluno, docente, trabalhador não docente ou visitante suspeitos de infeção?

Dirigir o suspeito de infeção para a sala de isolamento e seguir os procedimentos do plano de contingência.

2.2. Preparação para fazer face a um possível caso de infeção por Covid-19 de Trabalhador(es)/Aluno(s)

- Procedimentos e diligências descritos no ponto 3.
- Identificação de profissionais de saúde e contactos:
 - Centro de Saúde de Odemira: 283 322 133
 - SNS 24: 808 24 24 24
 - INEM: 112
- Aquisição e disponibilização de equipamentos e produtos:
 - Máscara(s) cirúrgica(s), luvas descartáveis, telefone, álcool etílico, cadeiras, Kit com água e alguns alimentos não perecíveis, contentor de resíduos (com abertura não manual e saco de plástico - com espessura de 50 ou 70 microns); solução antisséptica de base alcoólica - SABA (disponível no interior e à entrada desta área); toalhetes de papel e termómetro.
 - Existência de uma instalação sanitária devidamente equipada, nomeadamente com doseador de sabão e toalhetes de papel.
- Informação e formação dos trabalhadores:
 - Informação publicada no portal do Agrupamento de Escolas de Odemira e afixada nos locais de estilo. Sessão de esclarecimento ministrada pelos Serviços do Centro de Saúde de Odemira aos elementos da Direção que irão replicar a informação aos responsáveis pelo acompanhamento dos suspeitos de infeção.

Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves - Odemira

- Sala de isolamento: A7 (Bloco A)
- Responsável encarregado de acompanhar o suspeito de infeção: Assistente Operacional – **Maria Manuela Dias** – e em sua substituição a Assistente Operacional - **Susana Lopes**.

Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos Damião de Odemira

- Sala de isolamento: Posto médico

- Responsável encarregado de acompanhar o suspeito de infeção: Assistente Operacional – **Isabel Gonçalves** – e em sua substituição a Assistente Operacional – **Maria do Carmo Guerreiro**

Escola Básica 1.º Ciclo de Odemira

- Sala de isolamento: **Balneários**
- Responsável encarregado de acompanhar o suspeito de infeção: Assistente Operacional – **Catarina Quintas** – e em sua substituição a Assistente Operacional – **Teresa Cândido**.

Centro Escolar da Boavista dos Pinheiros

- Sala de isolamento: **Sala de receção**
- Responsável encarregado de acompanhar o suspeito de infeção: Assistente Operacional – **Fernanda Duarte** e em sua substituição a Assistente Operacional – **Graça Delfino**

Escola Básica da Longueira

- Sala de isolamento: **Sala de apoio da Associação**
- Responsável encarregado de acompanhar o suspeito de infeção: Assistente Operacional – **Ana Cristina**

Jardim de Infância do Almogrove

- Sala de isolamento: **Escritório**
- Responsável encarregado de acompanhar o suspeito de infeção: Assistente Operacional – **Maria Manuela Pacheco**

3. Procedimentos num caso suspeito (*Em conformidade com o Anexo I – Orientação da DGS n.º006/2020 de 26/02/2020*)

Qualquer Trabalhador/Aluno/visitante com sinais e sintomas de COVID-19 e ligação epidemiológica, ou que identifique um Trabalhador/Aluno/visitante no estabelecimento de ensino com critérios compatíveis com a definição de caso suspeito, informa a chefia direta (preferencialmente por via telefónica) e dirige-se para a área de “isolamento”, acompanhado pelo responsável definidos no Plano de Contingência.

A chefia direta deve contactar, de imediato, o Trabalhador/Aluno/Visitante pelas vias estabelecidas no Plano de Contingência do estabelecimento de ensino. Nas situações necessárias (ex. dificuldade de locomoção do suspeito de infeção) a chefia direta assegura que seja prestada a assistência adequada ao suspeito de infeção até à área de “isolamento”. Sempre que possível deve-se assegurar a distância de segurança (superior a 1 metro) do doente.

Os responsáveis que acompanham/prestam assistência ao suspeito de infeção com sintomas devem colocar, momentos antes de se iniciar esta assistência, uma máscara cirúrgica e luvas descartáveis, para além do cumprimento das precauções básicas de controlo de infeção (PBCI) quanto à higiene das mãos, após contacto com o Trabalhador/Aluno/Visitante doente.

O Trabalhador/Visitante doente (caso suspeito de COVID-19) já na área de “isolamento”, contacta o SNS 24 (808 24 24 24). No caso do aluno doente, será o responsável pelo seu acompanhamento que deverá realizar estes contactos.

Este doente deve usar uma máscara cirúrgica, se a sua condição clínica o permitir. A máscara deverá ser colocada pelo próprio. Deve ser verificado se a máscara se encontra bem ajustada (ou seja: ajustamento da máscara à face, de modo a permitir a oclusão completa do nariz, boca e áreas laterais da face. Em homens com barba, poderá ser feita uma adaptação a esta medida - máscara cirúrgica complementada com um lenço de papel). Sempre que a máscara estiver húmida, o trabalhador deve substituí-la por outra.

O profissional de saúde do SNS 24 questiona o doente ou responsável pelo seu acompanhamento quanto a sinais e sintomas e ligação epidemiológica compatíveis com um caso suspeito de COVID-19. Após avaliação, o SNS 24 informa o doente/responsável por este:

- Se não se tratar de caso suspeito de COVID-19: define os procedimentos adequados à situação clínica do doente;
- Se se tratar de caso suspeito de COVID-19: o SNS 24 contacta a Linha de Apoio ao Médico (LAM), da Direção-Geral da Saúde, para validação da suspeição. Desta validação o resultado poderá ser:
 - Caso Suspeito Não Validado, este fica encerrado para COVID-19. O SNS 24 define os procedimentos habituais e adequados à situação clínica do trabalhador. O trabalhador informa o empregador da não validação, e este último deverá informar o

médico do trabalho responsável.

- Caso Suspeito Validado, a DGS ativa o INEM, o INSA e Autoridade de Saúde Regional, iniciando-se a investigação epidemiológica e a gestão de contactos. A chefia direta do doente informa o empregador da existência de um caso suspeito validado no estabelecimento de ensino.

Na situação de Caso suspeito validado, os procedimentos são os seguintes:

- O doente deverá permanecer na área de “isolamento” (com máscara cirúrgica, desde que a sua condição clínica o permita), até à chegada da equipa do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), ativada pela DGS, que assegura o transporte para o Hospital de referência, onde serão colhidas as amostras biológicas para testes laboratoriais;
- O acesso dos outros trabalhadores/alunos à área de “isolamento” fica interdito (exceto aos trabalhadores designados para prestar assistência);
- O empregador colabora com a Autoridade de Saúde Local na identificação dos contactos próximos do doente (Caso suspeito validado);
- O empregador informa o médico do trabalho responsável pela vigilância da saúde do trabalhador;
- O empregador informa a chefia direta da existência de Caso suspeito validado, a aguardar resultados de testes laboratoriais, mediante os procedimentos de comunicação estabelecidos no Plano de Contingência.

O Caso suspeito validado deve permanecer na área de “isolamento” até à chegada da equipa do INEM ativada pela DGS, de forma a restringir, ao mínimo indispensável, o contacto deste doente com outro(s) trabalhador(es). Devem-se evitar deslocações adicionais do Caso suspeito validado nas instalações do estabelecimento de ensino.

4. Procedimentos perante um caso suspeito validado

A DGS informa a Autoridade de Saúde Regional dos resultados laboratoriais que, por sua vez, informa a Autoridade de Saúde Local.

A Autoridade de Saúde Local informa o empregador dos resultados dos testes laboratoriais e:

- Se o Caso for infirmado, este fica encerrado para COVID-19, sendo aplicados os procedimentos habituais do estabelecimento de ensino, incluindo de limpeza e

desinfecção. Nesta situação, são desativadas as medidas do Plano de Contingência do estabelecimento de ensino;

- Se o Caso for confirmado, a área de “isolamento” deve ficar interditada até à validação da descontaminação (limpeza e desinfecção) pela Autoridade de Saúde Local. Esta interdição só poderá ser levantada pela Autoridade de Saúde.

Na situação de Caso confirmado:

- O empregador deve:
- Providenciar a limpeza e desinfecção (descontaminação) da área de “isolamento”;
- Reforçar a limpeza e desinfecção, principalmente nas superfícies frequentemente manuseadas e mais utilizadas pelo doente confirmado, com maior probabilidade de estarem contaminadas. Dar especial atenção à limpeza e desinfecção do posto de trabalho do doente confirmado (incluindo materiais e equipamentos utilizados por este);
- Armazenar os resíduos do Caso Confirmado em saco de plástico (com espessura de 50 ou 70 micron) que, após ser fechado (ex. com abraçadeira), deve ser segregado e enviado para operador licenciado para a gestão de resíduos hospitalares com risco biológico.
- A Autoridade de Saúde Local, em estreita articulação com o médico do trabalho, comunica à DGS informações sobre as medidas implementadas no estabelecimento de ensino, e sobre o estado de saúde dos contactos próximos do doente.

5. Procedimentos de vigilância de contactos próximos

Considera-se “contacto próximo” um Trabalhador/Aluno/Visitante que não apresenta sintomas no momento, mas que teve ou pode ter tido contacto com um caso confirmado de COVID-19. O tipo de exposição do contacto próximo determinará o tipo de vigilância. O contacto próximo com caso confirmado de COVID-19 pode ser de:

- “Alto risco de exposição”, é definido como:
 - Trabalhador/Aluno do mesmo posto de trabalho/turma (gabinete, sala, secção, zona até 2 metros) do Caso;
 - Trabalhador/Aluno que esteve face-a-face com o Caso Confirmado ou que esteve com este em espaço fechado;
 - Trabalhador/Aluno que partilhou com o Caso Confirmado loiça (pratos, copos, talheres), toalhas ou outros objetos ou equipamentos que possam estar contaminados com expectoração, sangue, gotículas respiratórias.

– “Baixo risco de exposição” (casual), é definido como:

- Trabalhador/Aluno que teve contacto esporádico (momentâneo) com o Caso Confirmado (ex. em movimento/circulação durante o qual houve exposição a gotículas/secreções respiratórias através de conversa face-a-face superior a 15 minutos, tosse ou espirro).

- Trabalhador(es) que prestou(aram) assistência ao Caso Confirmado, desde que tenha(m) seguido as medidas de prevenção (ex. utilização adequada da máscara e luvas; etiqueta respiratória; higiene das mãos).

Perante um Caso Confirmado por COVID-19, além do referido anteriormente, deverão ser ativados os procedimentos de vigilância ativa dos contactos próximos, relativamente ao início de sintomatologia. Para efeitos de gestão dos contactos, a Autoridade de Saúde Local, em estreita articulação com o empregador e o médico do trabalho, deve:

- Identificar, listar e classificar os contactos próximos (incluindo os casuais);
- Proceder ao necessário acompanhamento dos contactos (telefonar diariamente, informar, aconselhar e referenciar, se necessário).

O período de incubação estimado da COVID-19 é de 2 a 12 dias. Como medida de precaução, a vigilância ativa dos contactos próximos decorre durante 14 dias desde a data da última exposição a caso confirmado.

A vigilância de contactos próximos deve ser a seguidamente apresentada:

Vigilância de contactos próximos	
“alto risco de exposição”	“baixo risco de exposição”
<ul style="list-style-type: none"> – Monitorização ativa pela Autoridade de Saúde Local durante 14 dias desde a última exposição; – Auto monitorização diária dos sintomas da COVID-19, incluindo febre, tosse ou dificuldade em respirar; – Restringir o contacto social ao indispensável; – Evitar viajar; – Estar contactável para monitorização ativa durante os 14 dias desde a data da última exposição. 	<ul style="list-style-type: none"> – Auto monitorização diária dos sintomas da COVID-19, incluindo febre, tosse ou dificuldade em respirar; – Acompanhamento da situação pelo médico do trabalho.

De referir que:

- A auto monitorização diária, feita pelo próprio ou pelo seu responsável (no caso de ser um aluno), visa a avaliação da febre (medir a temperatura corporal duas vezes por dia e registar o valor e a hora de medição) e a verificação de tosse ou dificuldade em respirar;

- Se se verificarem sintomas da COVID-19 e o doente estiver no estabelecimento de ensino, devem-se iniciar os “Procedimentos num Caso Suspeito”, estabelecidos no **ponto 3**;
- Se nenhum sintoma surgir nos 14 dias decorrentes da última exposição, a situação fica encerrada para COVID-19.

Odemira, 09 de março de 2020

O Diretor


(José Alexandre Seno Luís)